

MATRÍCULA Nº.:

PUBLICAÇÃO NO MINAS GERAIS: 20 / 12 / 16, PÁGINA: 34

CONTRATO PORTAL DE COMPRAS Nº. 9085475

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE MINAS GERAIS, POR INTERMÉDIO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS – FHEMIG – E A EMPRESA CARLA ROBERTA DE CASTRO MATOS – EPP.

Contrato originário da licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO n.º 167/2016, para a prestação de **SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA REVISÃO, COMPLEMENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS PARA INSTALAÇÃO DO CMT E CAPS ADIII.**

Este contrato será regido pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Estadual n.º 13.994, de 18 de setembro de 2001 e Decreto n.º 45.902, de 27 de janeiro de 2012 e Decreto n.º 37.924 de 16 de maio de 1996, Decreto n.º 45.035, de 02 de fevereiro de 2009, Decreto n.º 44786, de 18 de abril de 2008, com suas alterações posteriores.

Cláusula Primeira – DAS PARTES

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS – FHEMIG.

Endereço: Alameda Vereador Álvaro Celso, n.º 100, Bairro Santa Efigênia – Belo Horizonte – MG, CEP: 30.150-260.

CNPJ: 19.843.929/0001-00

Representante Legal: Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças, Sr. Fernando Antônio Brandão, Masp n.º 11022720.

CPF n.º 256.271.396-68, mediante delegação de competência conforme Portaria Presidencial n.º 1.068, de 28/05/2015, publicada em 04/06/2015.

CONTRATADA: CARLA ROBERTA DE CASTRO MATOS – EPP.

Endereço: Rua Conde Ribeiro do Vale, n.º 147, Bairro: Sagrada Família – Belo Horizonte - MG, CEP: 31.030-470.

CNPJ: 16.568.650/0001-78

Representante Legal: Carla Roberta de Castro Matos, CPF: 295.125.858-55.

Cláusula Segunda – DO OBJETO

Este contrato tem por objeto a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA REVISÃO, COMPLEMENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS PARA INSTALAÇÃO DO CMT E CAPS ADIII**, de acordo com as especificações e detalhamentos do ANEXO I do PREGÃO ELETRÔNICO n.º 167/2016 que, juntamente com a proposta da CONTRATADA, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

Cláusula Terceira – DO PREÇO

O preço global do presente contrato é de R\$ 50.599,99 (cinquenta mil, quinhentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos) no qual já estão incluídas todas as despesas especificadas na proposta da CONTRATADA, sendo o(s) seguinte(s) preço(s) unitário(s) por item:

LOTE ÚNICO					
ITEM	COD. ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
I	620	SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO DE PROJETOS E CALCULOS NA AREA DE ENGENHARIA	I	R\$ 50.599,99	R\$ 50.599,99
TOTAL DO LOTE					R\$ 50.599,99

Cláusula Quarta – DO LOCAL E DO RECEBIMENTO

A CONTRATADA obriga-se a executar o objeto descrito no Anexo I do Edital do Pregão nº 167/2016, no endereço indicado.

I – A execução do objeto dar-se-á nas condições estabelecidas no Anexo I mediante solicitação do gestor do contrato.

II – O recebimento do objeto, pela CONTRATANTE, dar-se-á por meio dos seguintes procedimentos, observando o disposto no art. 74 da Lei Federal nº. 8.666/93:

provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações contidas no Anexo I, e, encontrada alguma irregularidade, será fixado prazo para correção pela CONTRATADA;

definitivamente, mediante a verificação do atendimento às especificações contidas no Anexo I e consequente aceitação, observado o disposto no art. 10 do Decreto nº. 37.924/96.

III – Havendo necessidade de correção por parte da CONTRATADA, os prazos de pagamento serão suspensos e será considerada a prestação do serviço em atraso. Fica a CONTRATADA sujeita à aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na Lei e neste instrumento.

IV – Em caso de irregularidade não sanada pela CONTRATADA, a CONTRATANTE reduzirá a termo os fatos ocorridos para aplicação de sanções.

Cláusula Quinta – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos credenciados pelo Estado, no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data do recebimento definitivo, pela CONTRATANTE, acompanhado dos documentos fiscais.

§1º A validação/emissão de Notas Fiscais referente ao objeto desta contratação, inclusive aquelas emitidas eletronicamente, deverão ser processadas pelo módulo de Fatura Eletrônica – eFatura, disponibilizado no Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços – SIAD, disponível no site www.compras.mg.gov.br, conforme dispõe o Decreto nº. 45.035/2009.

§2º Na impossibilidade de processamento pelo módulo de Fatura Eletrônica – eFatura, deverão ser remetidas ao CONTRATANTE as primeiras vias de Nota Fiscal, nos termos do Decreto nº. 37.924/96.

§3º As Notas Fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação do documento, considerado válido pelo CONTRATANTE.

§4º O pagamento fica condicionado à regularidade da CONTRATADA perante o CAGEF, garantindo a manutenção dos requisitos de habilitação previstos no Edital.

§5º Na hipótese de irregularidade no CAGEF, a CONTRATADA deverá regularizar sua situação perante o cadastro. O prazo para pagamento será interrompido, reiniciando a contagem a partir da data de sua regularização.

Cláusula Sexta – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa decorrente desta contratação correrá por conta da(s) dotação(s) orçamentária(s):

Programa de Trabalho	Natureza de despesa	Fonte/IPU	IAG
2271.10.122.701.2002.0001	3390.35-02	10.1	0

Cláusula Sétima – DAS OBRIGAÇÕES

Constituem obrigações das partes:

§1º - DO CONTRATANTE

I – fiscalizar e avaliar a execução do contrato, através de agente previamente designado, podendo recusar o material entregue em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA;

II – proporcionar à CONTRATADA o acesso às informações e documentos necessários ao desenvolvimento dos serviços, bem como aos locais onde os serviços serão executados;

III – comunicar à CONTRATADA, imediatamente e por escrito, toda e qualquer irregularidade, imprecisão ou desconformidade verificada na execução do contrato, assinalando-lhe prazo para que a regularize sob pena de serem-lhe aplicadas as sanções legais e contratuais previstas;

IV – promover o recebimento provisório e definitivo no prazo fixado;

V – efetuar o pagamento no prazo fixado neste contrato;

João Vieira da Costa
Procurador-Chefe/FHEMIG

§2º - DA CONTRATADA

- I – mobilizar e disponibilizar todos os recursos necessários à prestação de serviços;
- II – prestar os serviços que compõem o objeto deste contrato, nas condições estabelecidas pelo Anexo I do Edital;
- III – cumprir as ordens de serviço emitidas pela CONTRATANTE;
- IV – cumprir todas as normas técnicas aplicáveis para a boa execução dos serviços;
- V – providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo CONTRATANTE quanto à execução dos serviços;
- VI – responsabilizar-se por todas as despesas envolvidas na prestação de serviços;
- VII – iniciar os serviços no prazo fixado pelo CONTRATANTE, em exato cumprimento às especificações do Anexo I do Edital;
- VIII – observar os horários determinados pelo CONTRATANTE;
- IX – fornecer todas as informações solicitadas pelo CONTRATANTE no prazo determinado;
- X – disponibilizar ao CONTRATANTE os contatos (telefone, endereço, e-mail, rádio, etc.) dos responsáveis pela execução dos serviços;
- XI – manter os dados cadastrais atualizados junto ao CONTRATANTE;
- XII – manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;
- XIII – arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometidas por seus empregados, contratados ou prepostos envolvidos na execução do contrato;
- XIV – responsabilizar-se, civil e criminalmente, por quaisquer danos ou prejuízos causados por ação ou omissão de seus empregados, contratados ou prepostos envolvidos na execução do contrato;
- XV – promover, em seu próprio nome e às suas expensas, as medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias para reparar os danos e prejuízos causados, sendo de sua responsabilidade eventuais reclamações cíveis, criminais ou trabalhistas que possam surgir em decorrência do evento danoso;
- XVI – exercer a fiscalização necessária ao perfeito cumprimento do contrato, independentemente da fiscalização exercida pelo CONTRATANTE;
- XVII – manter um arquivo organizado com todos os documentos relacionados a este contrato, tais como ordens e recomendações expedidas pelo CONTRATANTE, registros de manutenção e de fatos relevantes;
- XVIII – a CONTRATADA não poderá justificar o descumprimento de qualquer obrigação por inadequação de seu planejamento ou por falta de recurso;
- XIX – responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as normas estatuídas pela legislação trabalhista, social e previdenciária, tanto no que se refere a seus empregados, como a contratados e prepostos, responsabilizando-se, mais, por toda e qualquer autuação e condenação oriunda da eventual inobservância das citadas normas, aí incluídos acidentes de trabalho, ainda que ocorridos nas dependências do CONTRATANTE. Caso esta seja chamada a juízo e condenada pela eventual inobservância das normas em referência, a CONTRATADA obriga-se a ressarcir-la do respectivo desembolso, ressarcimento este que abrangerá despesas processuais e honorários de advogado arbitrados na referida condenação;
- XX – Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- XXI – Certificado de Situação Regular perante o Sistema de Seguridade Social – INSS;
- XXII – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, em conformidade com a Lei nº 12.440, de 7 de Julho de 2011.

Cláusula Oitava – DAS SANÇÕES

O atraso e a inexecução parcial ou total do contrato caracterizam descumprimento das obrigações assumidas e permitem a aplicação das seguintes sanções pelo CONTRATANTE:

- I – advertência por escrito;
- II – multa, nos seguintes limites máximos:
 - a) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da prestação de serviços não realizados;
 - b) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de recusa da CONTRATADA em efetuar o reforço de garantia;
 - c) 20% (vinte por cento) sobre o valor da prestação de serviços não realizados, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.
- III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, de acordo com os prazos estabelecidos no art. 47, §1º, do Decreto Estadual nº. 45.902/2012;
- IV – Declarações de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade de acordo com artigo 47, §2º e artigo 48 do Decreto nº 45.902/2012.

§1º São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

I – não atendimento às especificações técnicas relativas aos serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente;

II – retardamento imotivado da execução de obra, de serviço ou de suas parcelas;

III – paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública Estadual;

IV – prestação de serviço de baixa qualidade;

§2º A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

§3º A multa será descontada da garantia do contrato e/ou de pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATADA.

§4º A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório de acordo com o disposto na Lei Estadual nº. 14.184/2002 e no Decreto Estadual nº. 45.902/2012.

§5º As sanções relacionadas nos incisos III e IV da presente Cláusula serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP.

Cláusula Nona – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo servidor Roberto Carlos Dalla Negra, MASP 1318157-3, devidamente designado para tanto, ao qual competirá zelar pela perfeita execução do objeto, em conformidade com o previsto no Anexo I do Edital, na proposta da CONTRATADA e neste instrumento.

§1º Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência a CONTRATADA, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

§2º A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, com tal definido pela lei civil.

§3º O CONTRATANTE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Edital, seus anexos e da proposta da CONTRATADA.

Cláusula Décima – DA VIGÊNCIA

§1º O prazo de vigência do Contrato será de 60 (sessenta) dias consecutivos a partir da sua publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

§2º O período da prestação dos serviços será de 40 (quarenta) dias consecutivos a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial, observada a emissão da Ordem de Serviço, conforme modelo no Anexo V.

Cláusula Décima Primeira – DAS ALTERAÇÕES

O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93, desde que devidamente fundamentado e autorizado pela autoridade competente.

Cláusula Décima Segunda – DA RESCISÃO

De acordo com o art. 79 da Lei nº. 8.666/93, a rescisão do Contrato poderá ser:

I – por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da supracitada Lei;

II – amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo respectivo, desde que haja conveniência para a Administração;

III – judicial, nos termos da legislação.

§1º Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizada a reter a garantia do contrato e/ou pagamentos eventualmente devidos, até o limite do valor dos prejuízos comprovados.

§2º Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

Cláusula Décima Terceira – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A tolerância com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA não importará, de forma alguma, em alteração contratual.

II – É vedado à contratada subcontratar total ou parcialmente a prestação de serviço deste pregão.

Cláusula Décima Quarta – DA PUBLICAÇÃO


A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do contrato na Imprensa Oficial de Minas Gerais, em obediência ao disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei Federal nº. 8.666/93.

Cláusula Décima Quinta – DO FORO

As partes, elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes deste Contrato.

E por estarem ajustadas, firmam este instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor, juntamente com as testemunhas que também o assinam.

Belo Horizonte, 12 de dezenbro de 2016.


Jorge Raimundo Nahas
Presidente – FHEMIG
MASP 1039364-3

Fernando Antônio Brandão
Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças da FHEMIG


Representante Legal da
CARLA ROBERTA DE CASTRO MATOS – EPP

TESTEMUNHAS:

1) 
Roberto Carlos Dalla Negra
Chefe de Serviço de Engenharia Predial - SEP
Gestão de Engenharia Hospitalar - GEHOSP
FHEMIG - MASP: 1318157-3


2) 
Sirley de Medeiros Coelho Xavier
Auxiliar Administrativo - MASP 1159332-4
Serviço de Contratos e Convênios


João Viana da Costa
Procurador Chefe/FHEMIG

ANEXO VIII - TABELA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS E VALORES

Item do TR	Atividade	Item SETOP	Unidade	(R\$) Valor Unitário	(R\$) Valor Unitário	Quantidade ESTIMADA	(R\$) Valor Total	(R\$) Valor Total com BDI 31,29%
4.1.1.	Cadastramento da edificação existente	PROJ-EXE-540	PR A1	349,10	272,30	5	1.361,50	1.787,51
4.1.2.	Levantamento das instalações Hidrossanitárias e Outras existentes	REL-TEC-150	M2	0,65	0,51	1.451	739,97	971,51
4.1.3.	Projeto Executivo de Arquitetura	PROJ-EXE-015	PR A1	1.125,44	877,84	11	9.656,24	12.677,68
4.1.4.	Detalhamentos do Projeto Executivo de Arquitetura	PROJ-EXE-030	PR A1	440,26	343,30	4	1.373,20	1.802,87
a.	Projetos Complementares	REL-TEC-080	M2	1,19	0,42	1.451	609,39	800,06
b.	Memorial Descritivo Geral	PROJ-EXE-090	PR A1	947,01	331,44	3	994,32	1.305,44
c.	Projeto Executivo de Estrutura Metálica	PROJ-EXE-095	PR A1	1.392,22	487,31	1	487,31	639,79
d.	Projeto Executivo das Instalações Hidrossanitárias: Redes de Água Fria	PROJ-EXE-135	PR A1	998,57	349,49	3	1.048,47	1.376,54
e.	Projeto Executivo das Instalações Hidrossanitárias: Rede de Água Quente	PROJ-EXE-135	PR A1	998,57	349,49	3	1.048,47	1.376,54
f.	Projeto Executivo da Rede de Águas Pluviais e da Drenagem Superficial	PROJ-EXE-075	PR A1	771,88	270,15	4	1.080,60	1.418,72
g.	Projeto Executivo do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico	PROJ-EXE-210	PR A1	869,79	304,43	5	1.522,15	1.998,43
h.	Aprovação de Projeto no Corpo de Bombeiros	PROJ-EXE-465	UN.	2.272,21	795,36	1	795,36	1.044,23
i.	Projeto Executivo das Instalações Elétricas	PROJ-EXE-150	PR A1	1.070,15	374,55	7	2.621,85	3.442,23
j.	Projeto Executivo do Sistema Luminotécnico	PROJ-EXE-285	PR A1	442,78	154,96	4	619,84	813,79
k.	Projeto Executivo do Sistema de Proteção de Descargas Atmosféricas (PDA)	PROJ-EXE-195	PR A1	792,51	277,37	4	1.109,48	1.456,64
l.	Projeto Executivo do Sistema de Telecomunicações (Cabramento Estruturado)	PROJ-EXE-165	PR A1	1.150,39	402,63	2	805,26	1.057,23
m.	Projeto Executivo da Infraestrutura do Sistema de Telecomunicações	PROJ-EXE-180	PR A1	576,90	201,92	4	807,68	1.060,40
n.	Projeto Executivo do Sistema de Circuito Fechado de TV (CCTV)	PROJ-EXE-270	PR A1	765,46	267,91	4	1.071,64	1.406,96
o.	Projeto Executivo dos Sistemas de Alarme, Segurança e Sonorização	PROJ-EXE-270	PR A1	765,46	267,90	4	1.071,60	1.406,90
p.	Projeto Executivo do Sistema de Tratamento e Condicionamento de Ar	PROJ-EXE-120	PR A1	1.043,32	365,16	9	3.286,44	4.314,77
q.	Projeto Executivo do Sistema de GLP	PROJ-EXE-420	PR A1	792,51	277,38	3	832,13	1.092,51
r.	Projeto Executivo do Sistema de Gases Medicinais	PROJ-EXE-405	PR A1	936,25	327,67	3	983,01	1.290,59
s.	Projeto Executivo de Impermeabilização	PROJ-EXE-330	PR A1	1.025,72	361,21	2	722,42	948,47
t.	Compatibilização dos Projetos de Arquitetura e Complementares	PROJ-EXE-545	M2	1,77	0,61	1.451	885,06	1.162,00
u.	Planilhas Orçamentárias e Cronograma Físico Financeiro	PROJ-EXE-260	M2	2,24	0,84	1.451	1.218,77	1.600,12
Total:							1.218,77	50.599,99

Belo Horizonte, 16 de novembro de 2016.


 Nome: Carla Roberta de Castro Matos
 RG: 29683786 SSP/SP - CPF: 293.125.858-55
 Cargo: Proprietário